



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA  
**9º CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES  
NA INDÚSTRIA DO PLANO DA CNTI**  
Local: CTE- Centro de Treinamento Educacional - Luziânia/GO  
Data: 23 a 26 de outubro de 2016



## **CARTA DE BRASÍLIA**

Os(as) trabalhadores(as) industriários(as) do Plano da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI, representantes de 503 sindicatos e 39 federações, presentes neste ato, reunidos(as) no **9º Congresso Nacional dos Trabalhadores Industriários do Plano da CNTI**, realizado na Fazenda Taveira, município de Luziânia, Estado de Goiás, nos dias 23, 24, 25 e 26 de outubro de 2016, após intenso trabalho, onde as adversidades enfrentadas pela sociedade, sobretudo pela classe trabalhadora, foram colocadas em debate, levando-se em conta o atual momento de crise política, econômica, moral e ética pelo qual o Brasil está passando e, principalmente à necessidade histórica dos trabalhadores fazerem sua parte sugerindo alternativas viáveis para o país retomar o seu caminho de crescimento com geração de novos postos de trabalho, com emprego e renda dignos, com implantação de políticas de igualdade e justiça social, por unanimidade, proclamam a **CARTA DE BRASÍLIA** com as seguintes deliberações, sugestões e observações:

01 - Destacamos a necessidade premente de mobilização contra o PLC 30/2015, que institui a terceirização na atividade-fim comprometendo os direitos dos trabalhadores em termos salariais e direitos contidos na CLT. Entretanto, ressaltamos a ausência de proteção para milhões de trabalhadores já terceirizados, e a urgente equiparação de seus



direitos às categorias hoje denominadas como preponderantes, além de retirá-los da margem da seguridade, exclusão e injustiça social;

02 – Total mobilização contra a PEC 241/2016, de autoria do Executivo Federal, que congela gastos com saúde, educação e assistência social pelos próximos vinte anos, políticas públicas fundamentais que hoje se encontram em condições precárias e necessitando de investimentos urgentes, sobretudo, aquelas afetas à saúde e segurança das classes trabalhadoras. Baseado em um discurso que não condiz com a realidade, o governo federal tenta impor à sociedade e, em especial às classes trabalhadoras, o maior ataque aos direitos sociais do Brasil, que precisa ser anunciado amplamente, por sindicatos, federações, confederações e centrais, usando, para tanto, todos os meios possíveis e disponíveis;

03 – Repetidas vezes, o governo federal vincula o desequilíbrio das suas contas ao descontrole da dívida pública. Ante a isso, torna-se cada dia mais urgente à realização de uma auditoria dessa dívida de forma isenta e acessível ao povo brasileiro;

04 – Afirmamos nosso compromisso de unificação de forças no sentido de barrar quaisquer propostas de reformas que visem única e exclusivamente à redução e retirada de direitos dos trabalhadores, com ênfase imediata nas ações do combate incessante às pretensas reformas da previdência e trabalhista já anunciadas, fazendo dessa mobilização um importante instrumento de garantia e ampliação dos direitos dos trabalhadores;



05 – Defesa da unicidade sindical e de um sistema confederativo forte, atuante e eficaz como instrumento capaz de representar o trabalhador, cumprindo sua função social e política, com base no princípio da liberdade sindical e no artigo 8º, inciso II da Constituição da República;

06 – Destacamos a necessidade de união de forças no sentido de combater às inúmeras tentativas de extinção da contribuição sindical compulsória, todas elas voltadas para o enfraquecimento da luta dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, urge também a inevitável unidade de forças no sentido de empreender esforços para aprovação de medidas que tramitam no Congresso Nacional e que garantam a regulamentação da contribuição assistencial;

07 – Defendemos um Estado Democrático de Direito e respeito às leis vigentes, com efetivo combate às práticas de corrupção que assola o país, com valorização e fortalecimento das instituições e atuação independente e harmônica entre os três poderes constituídos;

08 - Implantação de políticas públicas reais de gênero e raça para a efetividade da igualdade de oportunidade, com redução e consequente eliminação das desigualdades e práticas discriminatórias existentes em todos os setores da sociedade, inclusive, intensificação de luta incessante contra atos de homofobia de qualquer natureza;

09 – Implantação de programas para juventude que contribuam para a ampliação e fortalecimento da participação social na perspectiva de



que estas consigam efetivamente garantir seus direitos, com geração e disseminação de novos postos de trabalho;

10 – Formalizamos nosso total apoio ao Ministério Público Federal, em Minas Gerais, que denunciou 22 pessoas, sendo 21 por dolo eventual, e as empresas Samarco, Vale, BHP Billiton e VogBR, pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana - MG, em razão do desastre ambiental, considerado o maior do Brasil, que deixou 19 mortos, dos quais, 12 terceirizados, além do impacto ambiental, desde o distrito Bento Rodrigues até o litoral Capixaba.

11 – Defendemos imediato investimento na recuperação, aparelhamento e valorização do Ministério do Trabalho, no sentido de resgatar seu papel histórico de instrumento e ator principal em defesa dos direitos dos trabalhadores brasileiros;

12 – Restabelecimento do Ministério da Previdência Social, com suas prerrogativas de Estado e todas as suas instâncias governativas, como forma de devolver ao aposentado e pensionista o seu direito representado por uma pasta específica criada há mais de noventa anos;

13 - Reafirmamos nosso total apoio pela constante redução dos juros, como caminho viável para o desenvolvimento, com geração de emprego e de renda;



14 – Defendemos que as ações do Ministério Público do Trabalho não atingem somente a classe trabalhadora e que suas atribuições institucionais sejam revertidas em serviços eficazes resultando em ações de equidade entre a classe laboral e patronal;

15 – Defendemos medidas concretas voltadas para a implantação do trabalho decente, como condição fundamental à superação da pobreza, à redução das desigualdades sociais, à garantia de governabilidade democrática e ao desenvolvimento sustentável;

16 – União de forças no sentido de aprovar a PEC 231/95 que trata da redução da jornada de trabalho para 40 horas, sem redução de salário, visando a criação de novos postos de trabalho;

17 – Adoção de política permanente de valorização do salário mínimo, como forma de fomento e aumento real voltados para melhoria na capacidade de consumo e sustento de milhões de trabalhadores;

18 – Fortalecimento da indústria brasileira através da implantação de políticas eficientes de desburocratização e incentivo à exportação;

19 – Urgente implantação de políticas de investimentos contínuos nos setores hídrico e elétrico, com o objetivo de prevenir os constantes apagões e racionamento de água, sobretudo os seus impactos sociais e estruturais;



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA  
**9º CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES  
NA INDÚSTRIA DO PLANO DA CNTI**  
Local: CTE- Centro de Treinamento Educacional - Luziânia/GO  
Data: 23 a 26 de outubro de 2016



20 – Afirmando total contrariedade à decisão do ministro Gilmar Mendes, do STF, que concedeu medida cautelar suspendendo os efeitos da Súmula 277 do TST, a ultratividade das normas e convenções coletivas, impondo enorme prejuízo e retrocesso aos direitos dos trabalhadores;

21 – Garantia de que o Art. 19 da Constituição Federal seja respeitado como forma de manutenção de um Estado Laico, “sem criar distinções entre brasileiros e preferência entre si”;

22 – Por fim, confiamos e esperamos que diferenças partidárias e ideológicas não sejam fatores determinantes para que o país volte a trilhar o seu caminho natural de desenvolvimento pujante e contínuo, dando ênfase na necessidade imediata de desenvolvimento da economia, especialmente nos setores de energia, siderurgia construção e extrativismo, visando criação de novos postos de trabalho e renda para o povo brasileiro.

LUZIÂNIA (GO), 26 de Outubro de 2016.

**JOSÉ CALIXTO RAMOS**  
Presidente

**APRÍGIO GUIMARÃES**  
Secretário Geral

**JOSÉ FRANCISCO FILHO**  
Secretário de Finanças

**JOSÉ REGINALDO INÁCIO**  
Secretário de Educação

**SÔNIA MARIA ZERINO**  
Secretaria para Assuntos do Trabalho da Mulher,  
da Juventude e do Idoso